



Líder do PFL vai ao TCU contra programa do governo

O líder do PFL na Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (RJ), entrou com representação no Tribunal de Contas da União contra o uso de recursos do governo federal nas obras de recuperação em trechos de rodovias em todo o país — a operação tapa-buracos.

O deputado federal afirmou que a Medida Provisória 266/05 abriu crédito extraordinário de R\$ 82 milhões “sem identificar em que obras emergenciais o dinheiro seria empregado”. Depois, já este ano, o governo editou a MP 276, abrindo crédito extraordinário de R\$ 350 milhões, também sem especificar quais estradas seriam contempladas.

Para Maia, “tal fato fere o próprio princípio da publicidade, que deve reger todas as ações dos poderes públicos, conforme previsto na Constituição Federal”. As informações são da *Agência Brasil*.

Na representação ao TCU, Rodrigo Maia menciona a Portaria 1.806 do DNIT — Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, que especifica as obras emergenciais que serão realizadas e traz dois anexos em que aparecem também obras já licitadas.

Segundo Rodrigo Maia, as medidas do governo “contrariam o que está no texto constitucional, quando se afirma que os recursos vão ser usados em operação tapa-buracos”. O deputado alega que as más condições das rodovias “não são decorrentes de nenhum fato inusitado, mas de má conservação e da ausência de programas de recuperação e conservação”, não se justificando, portanto, a abertura de crédito extraordinário.

Date Created

12/01/2006